

Ministério da Integração

Verba de convênios beneficia prefeitos aliados de ministro

WESLEY GALZO
BRASÍLIA

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes (PDT), assinou, nos últimos dois meses de 2023, dezenas de convênios que vão transferir – alguns deles em ano eleitoral – R\$ 321 milhões para cidades administradas por prefeitos aliados no Amapá. Góes comandou o Estado por quatro mandatos.

Dos nove municípios beneficiados pelos repasses do governo federal – Macapá, Tartarugalzinho, Pedra Branca do Amapari, Santana, Calçoene, Cutias, Oiapoque, Ferreira Gomes e Vitória do Jari –, oito têm prefeitos que devem concorrer à reeleição ou vice-prefeitos em busca de assumir a cabeça de chapa. A maior parte do dinheiro será destinada a obras de apelo eleitoral.

Ao todo, foram assinados 46 convênios. Os R\$ 321 milhões

pactuados já foram empenhados – a pasta reservou a verba, mas ainda não liberou o dinheiro. O instrumento do convênio estabelece a transferência de recursos do governo federal a Estados, municípios e organizações com o objetivo de executar projetos pré-aprovados. O gestor público que deseja obter os repasses precisa apresentar contrapartida.

Até agora, Macapá, Tartarugalzinho e Calçoene foram as únicas a receber repasses, o que corresponde a R\$ 11,2 milhões do total. O dinheiro foi liberado antecipadamente por meio de cinco convênios para bancar ações de socorro a áreas atingidas por desastres naturais. Os 41 contratos restantes (R\$ 310 milhões) envolvem as obras preferidas dos prefeitos em razão do retorno político: pavimentação de estradas, aquisição de maquiná-

rio agrícola e construção de pontes e galpões.

PADRINHO. As cidades favorecidas são chefiadas por prefeitos próximos não só de Góes, mas também do seu padrinho político, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Dos nove municípios que vão receber dinheiro, apenas dois não são comandados por aliados do parlamentar e do ministro.

Góes não direcionou a maior parte dos recursos disponíveis no ministério para seu reduto eleitoral. As cida-

des do Piauí foram contempladas com R\$ 863 milhões derivadas de 210 convênios. Em Minas Gerais, foram assinados 484 convênios no valor total de R\$ 468 milhões.

Macapá, embora não seja administrada por aliado de Alcolumbre, terá R\$ 231 milhões. O prefeito da capital é Dr. Furlan (Podemos), que venceu Josiel Alcolumbre (União Brasil), irmão do senador, no pleito de 2020. Furlan, porém, é próximo de Góes desde a época em que o ministro era governador.

Diferentemente das outras prefeituras, o dinheiro negociado não cairá na caixa de Macapá porque o acordo foi firmado com o governo do Estado, hoje nas mãos de Clécio Luís (Solidariedade), aliado de Góes e Alcolumbre. Isso significa que será o governador que terá o nome exibido nas placas de entrega das obras. ●

Montante

R\$ 321 mi
é o valor de 46 convênios firmados pelo Ministério da Integração com municípios do Amapá

LEILÃO DE VEÍCULOS EXCLUSIVO BRADESCO ONLINE

TODA QUARTA
ÀS 14H

TUDO SÁBADO
ÀS 9H30



SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192
Luiz Alexandre Macielari, preposto em exercício



SODRÉ SANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

Pasta diz seguir critérios técnicos para liberar recursos

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional afirmou que “são seguidos rigorosamente todos os critérios técnicos antes da liberação de recursos e da execução de projetos”, mas não esclare-

ceu por que os convênios contemplaram apenas aliados.

A pasta de Waldez Góes informou ainda que os repasses não foram feitos diretamente para Macapá porque a cidade está inscrita no Sistema de In-

formações sobre Requisitos Fiscais, que define quais Estados e municípios podem receber transferências do governo federal com base na situação fiscal. O governo do Amapá disse que recebe recursos de ou-

tros ministérios e de emendas parlamentares.

Em nota, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) declarou que “a liberação de recursos para obras e investimentos no Amapá é demonstração de que o senador se empenha em favor do Estado que o elegeu”. E que a responsabili-

dade pelos convênios é dos agentes envolvidos na operação. “A execução de contratos e convênios públicos é atribuição única e exclusiva dos respectivos Poderes Executivos”, afirmou Alcolumbre.

O Estadão procurou todas as prefeituras citadas, mas não houve resposta. ● **W.S.**